

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1 – A Pessoa Humana</b> .....	27
1.1 Pessoa humana .....	27
1.2 Pessoa e indivíduo .....	29
1.3 Personalidade e proteção da pessoa .....	30
1.4 O reconhecimento de que todo ser humano é pessoa .....	32
1.5 H. Tristram Engelhardt Jr. e Peter Singer: inaceitável redução da essência da pessoa à racionalidade e à autoconsciência .....	34
1.5.1 Engelhardt e a proposta de criação de uma comunidade moral secular .....	34
1.5.2 O utilitarismo de Peter Singer .....	37
1.6 Pessoa e sujeito de direito .....	41
1.7 Personalidade e capacidade .....	42
1.8 Responsabilidade: a contrapartida da personalidade .....	42
<b>2 – O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana</b> .....	45
2.1 A “descoberta” do princípio da dignidade da pessoa humana .....	45
2.2 O papel desempenhado pelo princípio da dignidade .....	48
2.3 Conteúdo e dificuldades de conceituação .....	50
2.4 A positivação .....	53
2.5 O desvirtuamento do princípio da dignidade .....	56
<b>3 – Os Direitos da Personalidade</b> .....	63
3.1 Importância e conceituação .....	63
3.2 Direitos da personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana .....	69
<b>4 – O Direito à Vida</b> .....	73
4.1 A defesa da vida humana: efetivação do princípio da dignidade .....	73
4.2 Sacralidade da vida, qualidade de vida .....	78

5 –	Morte .....	83
5.1	Introdução .....	83
5.2	Breve histórico sobre a experiência da morte no ocidente .....	84
5.3	A vivência da experiência da morte na atualidade: o problema da medicalização do final da vida .....	87
5.4	O problema do envelhecimento da população .....	93
5.5	O conceito atual de morte: morte encefálica .....	95
6 –	Bioética .....	99
6.1	Conceito .....	99
6.2	Princípios fundamentais da Bioética .....	101
7 –	Subsídios para o Estudo da Eutanásia .....	103
7.1	Conceituação: noções preliminares .....	103
7.2	Paciente terminal .....	107
7.3	A necessidade de que o Direito cuide do problema da eutanásia .....	107
8 –	Apontamentos sobre a História da Eutanásia .....	113
8.1	Introdução .....	113
8.2	Breve histórico da eutanásia .....	114
9 –	O Tratamento da Eutanásia em Ordenamentos Jurídicos Estrangeiros .....	123
9.1	Observações introdutórias .....	123
9.2	Estados Unidos .....	124
9.3	Austrália .....	130
9.4	Inglaterra .....	131
9.5	Holanda .....	132
9.6	Bélgica .....	134
9.7	França .....	137
9.8	Alemanha .....	143
9.9	Dinamarca .....	145
9.10	Espanha .....	147
9.11	México .....	149
9.12	Colômbia .....	149
9.13	Uruguai .....	150
9.14	Argentina .....	151
9.15	Japão .....	152
10 –	A Eutanásia na Visão de Algumas das Principais Religiões Mundiais .....	153
10.1	Cristianismo .....	153

10.1.1	Catolicismo .....	153
10.1.2	Outras religiões cristãs .....	156
10.2	Judaísmo .....	157
10.3	Budismo .....	158
10.4	Islamismo .....	159
10.5	Possível relação entre religiosidade e aceitação da eutanásia .....	160
11	– A Defesa da Eutanásia: Argumentos e Críticas .....	163
11.1	Introdução .....	163
11.2	O argumento da suposta solidariedade com o doente que decide morrer ...	163
11.3	A disposição do corpo para fins sexuais .....	164
11.4	A afirmação de que o paciente terminal não mais teria vida a ser protegida .....	164
11.5	O argumento da legítima defesa .....	165
11.6	A perda do sentido da vida .....	165
11.7	A eutanásia como processo de autoaceitação .....	166
11.8	A romantização da eutanásia .....	166
11.9	A apreciação da utilidade da vida pelo próprio paciente .....	167
11.10	Eutanásia: forma de valorização da vida .....	168
11.11	A busca de apoio no posicionamento da igreja católica .....	169
11.12	A vida: direito fundamental ‘apenas’ quando se pode viver bem .....	169
11.13	Possibilidade de renúncia ao direito à vida .....	170
11.14	A ausência de punição para o suicídio .....	170
11.15	O direito de não sofrer .....	171
11.16	A negação da condição humana aos ‘seres monstruosos’ .....	172
11.17	O altruísmo do agente: razão da impunibilidade da eutanásia .....	172
11.18	Eutanásia: dever de humanidade .....	173
11.19	A prevalência da autonomia do paciente .....	173
11.20	A relação entre o valor da vida e os valores religiosos e morais predominantes .....	176
11.21	A promoção do bem-estar do paciente .....	177
11.22	O problema do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento da população .....	177
11.23	Direito sobre a vida .....	178
11.24	Direito à morte: decorrência da perda de dignidade da vida .....	179
11.25	Inexistência de vedação constitucional ao direito de morrer .....	180
11.26	A ampliação do alcance do direito à imagem e do direito à privacidade ..	180
11.27	O respeito aos direitos humanos .....	181

11.28	O critério para definição do momento da morte: interesse do paciente.....	181
11.29	A aceitação do risco de abusos.....	181
11.30	A suposta violação da igualdade.....	182
11.31	Os argumentos utilitaristas de Peter Singer.....	183
12 –	Principais Argumentos Contrários à Eutanásia.....	189
12.1	Boas intenções não conduzem necessariamente a bons resultados.....	189
12.2	Perturbação da relação médico-paciente: perda de confiança.....	189
12.3	O inaceitável ‘consequencialismo’ de alguns dos defensores da eutanásia.....	191
12.4	A verdadeira valorização da vida do enfermo.....	192
12.5	A legalização da eutanásia e as ofensas ao princípio da justiça.....	192
12.6	Eutanásia: o desvirtuamento do princípio da dignidade da pessoa humana.....	196
12.7	A considerável possibilidade de erro de diagnóstico.....	198
12.8	A possibilidade de descoberta da cura para a doença antes tida como incurável.....	199
12.9	O questionável valor jurídico do consentimento do paciente terminal.....	201
12.10	Impossibilidade de o representante dispor da vida do representado.....	205
12.11	O hedonismo da sociedade atual e a inútil negação do sofrimento.....	207
12.12	Rejeitar a eutanásia significa desrespeitar o princípio da autonomia?.....	212
12.13	O argumento do <i>slippery slope</i> .....	219
12.14	Pode-se afirmar que o ordenamento jurídico brasileiro protege o chamado “direito de morrer”?.....	220
12.15	Subsídios normativos adicionais para a discussão da eutanásia.....	223
12.15.1	O Código de Ética Médica.....	223
12.15.2	O tratamento penal da eutanásia.....	226
12.15.3	A Constituição da República e o Código Civil: observações complementares.....	229
13 –	A Distanásia.....	233
13.1	Distanásia: uma outra forma de atentar contra a dignidade do paciente terminal.....	233
13.2	A avaliação da futilidade do tratamento.....	242
13.3	A rejeição da distanásia e o direito de morrer dignamente.....	243
14 –	A Ortotanásia.....	245
14.1	Introdução.....	245
14.2	Diferenciando a ortotanásia da eutanásia passiva.....	247
14.3	Meios proporcionados e desproporcionados de tratamento.....	251

---

14.4	A verdadeira missão do médico .....	254
14.5	O dever de afastar a “eutanásia social” .....	256
14.6	Redefinição do conceito de saúde tradicionalmente utilizado.....	257
14.7	Linhas mestras da prática ortotanásica .....	258
14.8	A necessidade de afirmação de um novo paradigma médico .....	259
14.9	Valorizar o paciente.....	262
14.10	O controle da dor e do sofrimento.....	263
14.11	Os estágios da reação dos pacientes terminais ao processo da morte.....	265
14.12	Repensando o sentido da expressão “morte digna”.....	268
14.13	A Lei 10.241, de 17.03.1999, do Estado de São Paulo.....	271
14.14	Cuidados paliativos .....	273
14.14.1	Histórico.....	273
14.14.2	Definição.....	274
14.14.3	Compreendendo a verdadeira dimensão do sofrimento .....	276
14.14.4	Verdadeira preocupação com a pessoa .....	281
14.14.5	Oposição à distanásia e à eutanásia.....	283
14.14.6	Os cinco referenciais éticos da medicina paliativa.....	285
14.15	Os pacientes em estado vegetativo persistente .....	288
14.16	O caso Terri Schiavo .....	290
<b>CONCLUSÃO</b> .....		293
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		301
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....		309